

No. 47125

**Brazil
and
Bolivia**

Agreement between the Government of the Federative Republic of Brazil and the Government of the Republic of Bolivia on the restitution of stolen motor vehicles. Brasilia, 28 April 2003

Entry into force: *14 June 2006 by notification, in accordance with article XI*

Authentic texts: *Portuguese and Spanish*

Registration with the Secretariat of the United Nations: *Brazil, 4 February 2010*

**Brésil
et
Bolivie**

Accord entre le Gouvernement de la République fédérative du Brésil et le Gouvernement de la République de Bolivie relatif à la restitution de véhicules automobiles volés. Brasilia, 28 avril 2003

Entrée en vigueur : *14 juin 2006 par notification, conformément à l'article XI*

Textes authentiques : *portugais et espagnol*

Enregistrement auprès du Secrétariat des Nations Unies : *Brésil, 4 février 2010*

[PORTUGUESE TEXT – TEXTE PORTUGAIS]

ACORDO ENTRE O GOVERNO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL E O
GOVERNO DA REPÚBLICA DA BOLÍVIA PARA RESTITUIÇÃO DE
VEÍCULOS AUTOMOTORES ROUBADOS OU FURTADOS

O Governo da República Federativa do Brasil

e

O Governo da República da Bolívia
(doravante denominados “Partes Contratantes”),

Considerando a necessidade de realizar esforços coordenados referentes à repressão do tráfico ilícito de veículos automotores,

Acordam o seguinte:

A) Disposições Iniciais

ARTIGO I

1. Em decorrência do presente Acordo, fica estabelecido que o veículo automotor terrestre originário ou procedente de uma das Partes Contratantes que tenha ingressado no território da outra Parte Contratante, desacompanhado da respectiva documentação comprobatória de propriedade e de origem, ou que apresente indícios de irregularidades na sua entrada no país, será apreendido e entregue dentro do prazo de 2 (dois) dias úteis à custódia da autoridade aduaneira local.

2. Para os efeitos do parágrafo anterior, a apreensão de veículo automotor originário ou procedente de uma das Partes Contratantes será feita:

- a) como consequência de ordem judicial requerida pelo proprietário do mesmo, sub-rogado ou seu representante;
- b) da ação de controle de tráfico realizada pelas autoridades policiais ou aduaneiras da outra Parte Contratante;

- c) por solicitação formal da autoridade consular do país de onde o mesmo tenha sido roubado ou furtado.

B) Devolução por Via Judicial

ARTIGO II

1. Toda pessoa física ou jurídica que deseje reclamar a devolução de veículo automotor de sua propriedade, que lhe tenha sido roubado ou furtado, formulará o pedido à autoridade judicial do território em que o mesmo se encontre, podendo fazê-lo diretamente, por seu representante, sub-rogado, procurador habilitado ou por intermédio das autoridades competentes da Parte Contratante de que seja nacional ou em que tenha seu domicílio. A reclamação deverá ser formulada dentro do prazo de 20 (vinte) meses após efetuada a denúncia, perante a autoridade policial de onde ocorreu o fato, prazo este durante o qual o veículo automotor não poderá ser alienado. Vencido o mencionado prazo, prescreve seu direito de fazê-lo, em conformidade com o estabelecido neste Acordo.

2. O pedido de devolução será formalizado mediante a documentação abaixo descrita, com a respectiva legalização consular do país requerido:

- a) documento original de propriedade do veículo automotor ou cópia do mesmo oficialmente autenticada;
- b) certidão de ocorrência policial do roubo ou furto do veículo automotor no país de origem;
- c) em caso de companhias de seguros, certificado de quitação ou cessão de direitos do proprietário, devendo, ademais, depositar em juízo, a título de garantia processual, o equivalente na moeda do país a 500 (quinhentos) dólares dos Estados Unidos da América. Se o recorrente carecer de meios econômicos para efetuar tal depósito, o Consulado do país requerente expedirá uma declaração de insuficiência de recursos a fim de dar seguimento ao processo de devolução por meio da Defensoria Pública, na República Federativa do Brasil, e do Ministério Público, na República da Bolívia.

3. O reclamante solicitará pessoalmente ou por procurador, ou por intermédio da autoridade consular do país de que seja nacional, ou em que tenha seu domicílio, à autoridade judicial do território em que o veículo automotor se encontre, sua busca e apreensão, com base na documentação apresentada; e identificará, quando puder, a pessoa que o detém, fornecendo nome e endereço.

4. Recebida a solicitação, o juiz ordenará a apreensão do veículo automotor e sua entrega dentro do prazo de 2 (dois) dias úteis à custódia da autoridade aduaneira local. O depósito do veículo automotor será feito mediante inventário e em nenhum caso poderá o mesmo ser entregue a qualquer das partes litigantes, tampouco a um terceiro ou uma instituição, em caráter de fiel depositário. O depósito do veículo automotor será feito mediante recibo do qual constarão as características, acessórios e estado geral do mesmo.

5. Uma vez apreendido o veículo automotor, o juiz interveniente notificará dessa apreensão, dentro do prazo de 2 (dois) dias úteis, a autoridade consular do país de procedência do veículo automotor e a pessoa demandada para que esta última, no prazo improrrogável de 3 (três) dias úteis, apresente os documentos originais que atestem seu direito sobre o veículo automotor e seu ingresso legal no país.

6. O juiz solicitará à autoridade aduaneira, para que responda no prazo improrrogável de 10 (dez) dias úteis, sem que afete o curso do processo, prestando informações sobre as condições de ingresso do veículo automotor no país. O juiz solicitará ao Registro de Automóveis o certificado de registro do mesmo, requisito que atestará seu registro legal no nome do detentor ou proprietário.

7. Vencido o prazo de que trata o quinto parágrafo do presente artigo, o processo tramitará de forma sumária e o juiz ordenará, por sentença, a entrega imediata do veículo automotor a quem tenha direito, sem outros trâmites ou gastos.

As autoridades pertinentes das Partes Contratantes estabelecerão mecanismos para a fixação de taxas preferenciais pela guarda do veículo automotor.

8. Ao presente procedimento de recuperação de veículo automotor será dada a mais estrita rapidez, de conformidade com a legislação vigente da Parte Contratante em que se encontre em trâmite o mesmo. Não se admitirá outro tipo de defesa além das estabelecidas no presente Acordo, nem práticas dilatórias. Deverá o juiz, em todos os casos, sanar os defeitos de procedimento da melhor maneira possível, em benefício dos interessados, e os procedimentos de tramitação do processo terão de ser concluídos no prazo máximo de 60 (sessenta) dias úteis.

9. Ao assinar a sentença favorável ao pedido, o juiz ordenará a devolução do veículo automotor ao proprietário, sub-rogado ou seu representante, com o envio obrigatório de uma comunicação oficial à respectiva autoridade consular ou à autoridade aduaneira da Parte Contratante de que ele seja nacional ou em que tenha seu domicílio, as quais assegurarão a saída do veículo automotor do território do país requerido. A entrega do veículo automotor será feita com a participação de um funcionário aduaneiro até a fronteira designada pela autoridade aduaneira do país requerido, onde a autoridade aduaneira do país requerente o receberá e expedirá a ata de internação do mesmo em seu território.

10. Caso a sentença não favoreça o pedido, o juiz ordenará as medidas pertinentes, conforme as leis nacionais, e as Partes Contratantes reconhecerão o direito de propriedade resultante da aplicação das mesmas.

C) Devolução por Via Administrativa

ARTIGO III

1. Ocorrerá a devolução por via administrativa quando o roubo ou o furto de um veículo automotor for denunciado imediatamente e o requerente apresentar os dados corretos do veículo automotor e de seu detentor ilegal, até 30 (trinta) dias úteis da ocorrência do roubo ou do furto.

2. As autoridades policiais e/ou aduaneiras competentes de qualquer das Partes Contratantes procederão à apreensão do veículo automotor terrestre que seja reclamado. O mencionado veículo será imediatamente entregue à autoridade aduaneira do território no qual foi localizado, mediante a redação de uma ata de entrega e inventário, que consignará as características, os acessórios e o estado do mesmo.

3. Recebido o veículo automotor, a autoridade aduaneira determinará imediatamente a abertura de um inquérito administrativo e comunicará à autoridade consular da outra Parte Contratante, que por sua vez notificará o suposto proprietário do veículo automotor de sua apreensão no território de uma das Partes Contratantes, instruindo-o sobre o procedimento para sua recuperação, dentro do prazo de 20 (vinte) dias úteis. Ademais, a autoridade aduaneira intimará o detentor do veículo automotor apreendido para que, no prazo improrrogável de 3 (três) dias úteis, apresente os documentos originais que atestem a situação legal do veículo automotor. Caso não os apresente no prazo fixado, ocorrerá a via direta de entrega, conforme os procedimentos estabelecidos neste Acordo.

4. O proprietário ou sub-rogado, seu representante, o procurador habilitado ou a autoridade consular da Parte Contratante de que seja nacional ou em que tenha seu domicílio apresentará a documentação pertinente no prazo de 40 (quarenta) dias úteis, contados a partir da data da notificação à respectiva autoridade consular.

Recebida a documentação e se a autoridade aduaneira considerá-la suficiente, será feita, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, a entrega do veículo automotor ao proprietário, ao sub-rogado ou seu representante, diretamente ou por intermédio das autoridades consulares, alfandegárias ou policiais da Parte Contratante de que seja nacional ou em que tenha seu domicílio.

5. Nos casos em que seja desconhecido o proprietário do veículo automotor apreendido, a autoridade aduaneira procederá à publicação, por 5 (cinco) vezes em 10 (dez) dias, em um jornal diário de grande circulação do país, de editais para que os interessados exerçam seus direitos no prazo de 10 (dez) dias úteis contados a partir da data da última publicação. Nesses avisos, serão consignadas todas as características identificadoras do veículo, como marca, modelo, cor, números do motor e do chassi, etc.

D) Entrega do Veículo

ARTIGO IV

1. Quando se tratar do proprietário, este receberá o veículo automotor diretamente da autoridade aduaneira, no estabelecimento onde se encontre sob custódia o referido veículo, acompanhado do respectivo certificado.

2. Quando se tratar do sub-rogado, representante ou detentor, o veículo automotor, para sua entrega, será trasladado e obrigatoriamente acompanhado de um funcionário aduaneiro até a fronteira designada pela autoridade aduaneira do país requerido, onde a autoridade aduaneira do país requerente o receberá e expedirá a ata de sua internação em seu território. A ata ficará arquivada como último procedimento do respectivo inquérito.

ARTIGO V

Caso nenhum interessado se apresente para exercer seu direito, no prazo estabelecido neste Acordo, as autoridades competentes adotarão as medidas pertinentes, conforme as leis nacionais, e as Partes Contratantes reconhecerão o direito de propriedade resultante da aplicação das mesmas.

ARTIGO VI

Caso qualquer ato ou decisão de autoridade administrativa seja submetido à autoridade judicial competente, o processo será regido pelas normas previstas no presente Acordo.

E) Apelação

ARTIGO VII

A decisão de primeira instância será apelável dentro do prazo improrrogável de 3 (três) dias úteis, devendo elevar-se os autos à instância superior, sem mais trâmites, para que nesta se decida, em definitivo, dentro do prazo de 5 (cinco) dias úteis.

F) Perícia

ARTIGO VIII

1. Sempre que existir indício de adulteração dos números ou de substituição dos componentes identificadores de um veículo automotor, o juiz deverá solicitar o concurso de perito, sem prejuízo da faculdade de os interessados proporem, igualmente, seus respectivos peritos, que deverão ser habilitados pela empresa fabricante ou representante da marca do veículo automotor objeto da perícia, que deverá ser realizada na presença de pessoa expressamente designada pela autoridade consular do país de que o interessado seja nacional ou em que tenha seu domicílio. Em nenhum caso, o veículo automotor poderá deixar o depósito aduaneiro para ser objeto de perícia. Em todos os casos, os peritos expedirão seus respectivos relatórios dentro do prazo de 3 (três) dias úteis.

2. Tais relatórios deverão basear-se nos dados de identificação fornecidos pela empresa fabricante do veículo automotor, apresentados ao juiz, legalizados pelo Consulado do país de origem do citado veículo, que solicitará ao fabricante ou ao representante da marca, dentro do prazo máximo de 30 (trinta) dias úteis, que confirme se os relatórios apresentados estão de conformidade com os padrões estabelecidos tecnicamente pela empresa.

G) Prazos

ARTIGO IX

1. Fica estabelecido que todos os prazos previstos neste Acordo são considerados como prazos processuais de caráter judicial.

2. Para os prazos não previstos neste Acordo, regerão, em todos os casos, os mais breves da legislação da Parte Contratante em que se tramita o processo.

H) Disposições Finais

ARTIGO X

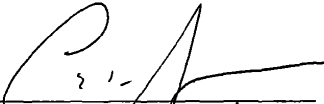
Toda medida judicial ou administrativa sobre roubo ou furto de veículos automotores originários ou procedentes do território de uma das Partes Contratantes e localizados no da outra, em andamento ou a ser promovida a partir da data de vigência do presente Acordo, será regida por estas disposições.

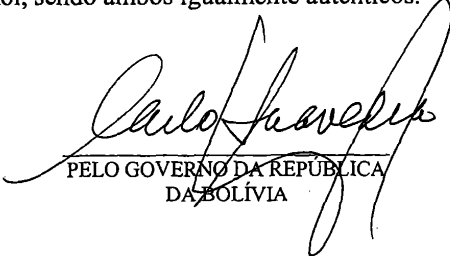
ARTIGO XI

1. O presente Acordo entrará em vigor na data em que ambas as Partes Contratantes se notificarem, pela via diplomática, do cumprimento dos requisitos exigidos por sua legislação nacional vigente.

2. Qualquer das Partes Contratantes poderá denunciá-lo, em qualquer momento, mediante notificação escrita, dirigida à outra, pela via diplomática, com 6 (seis) meses de antecedência.

Feito em Brasília, em 28 de abril de 2003, em dois exemplares originais, nos idiomas português e espanhol, sendo ambos igualmente autênticos.


PELO GOVERNO DA REPÚBLICA
FEDERATIVA DO BRASIL


PELO GOVERNO DA REPÚBLICA
DA BOLÍVIA

[SPANISH TEXT – TEXTE ESPAGNOL]

ACUERDO ENTRE EL GOBIERNO DE LA REPUBLICA DE BOLIVIA Y EL GOBIERNO
DE LA REPUBLICA FEDERATIVA DEL BRASIL SOBRE RESTITUCIÓN DE
VEHÍCULOS AUTOMOTORES ROBADOS O HURTADOS

El Gobierno de la República Federativa del Brasil

y

El Gobierno de la República de Bolivia
(en adelante denominados “Partes Contratantes”),

Considerando la necesidad de realizar esfuerzos coordinados referentes a la represión de tráfico ilícito de vehículos automotores,

Acuerdan lo siguiente:

A) Disposiciones Iniciales

ARTICULO I

1. De conformidad al presente Acuerdo, queda establecido que los vehículos automotores terrestres originarios o procedentes de una de las Partes Contratantes que hayan ingresado en territorio de la otra Parte Contratante, sin acompañar la respectiva documentación comprobatoria de propiedad y de origen, o que presenten indicios de irregularidades en su ingreso al país, serán retenidos y entregados dentro el plazo de dos (2) días hábiles en custodia a la autoridad Aduanera local.

2. Para los efectos del párrafo anterior, la aprehensión del vehículo automotor originario o procedente de una de las Partes Contratantes será realizada:

- a) como consecuencia de la orden judicial requerida por el propietario del mismo, apoderado o su representante;
- b) de acción de control de tránsito realizado por las autoridades policiales o aduaneras de la otra Parte Contratante;
- c) por solicitud formal de la autoridad Consular del país de donde el mismo haya sido robado o hurtado.

B) Devolución por Vía Judicial

ARTICULO II

1. Toda persona física o jurídica que desee reclamar la devolución del vehículo automotor de su propiedad, que haya sido robado o hurtado, formulará el pedido a la autoridad judicial del territorio en el que el mismo se encuentre, pudiendo hacerlo directamente, por su representante, apoderado o procurador habilitado o por intermedio de las autoridades componentes de la Parte Contratante de que sea nacional o en que tenga su domicilio. La reclamación deberá ser formulada dentro del plazo de veinte (20) meses a partir de la denuncia efectuada, ante la autoridad policial donde ocurrió el hecho, plazo éste durante el cual el vehículo automotor no podrá ser enajenado. Vencido el mencionado plazo, prescribe su derecho de efectuarlo, de conformidad con lo establecido en el presente Acuerdo.

2. El pedido de devolución será formalizado mediante documentación abajo descrita, con la respectiva legalización Consular del país requerido;

- a) Documento original de propiedad del vehículo automotor o copia del mismo oficialmente legalizada;
- b) Certificado de denuncia policial del robo o hurto del vehículo automotor en el país de origen;
- c) En caso de compañías de seguros, certificado de liquidación o cesión de derecho de propietario, debiendo además, hacer pago judicial, a título de garantía procesal, el equivalente en moneda del país a 500 (quinientos) dólares americanos. Si el recurrente carece de los medios económicos para efectuar tal depósito, el Consulado del país requeriente expedirá una declaración de insuficiencia de recursos a fin de dar seguimiento al proceso de devolución por medio de la Defensoría Pública en la República Federativa del Brasil, y del Ministerio Público en la República de Bolivia.

3. El reclamante solicitará personalmente o por procurador, o por intermedio de autoridad consular del país de que sea nacional o en que tenga su domicilio, a la autoridad judicial del territorio en que el vehículo automotor se encuentre, su búsqueda y retención en base a la documentación presentada; e identificará, cuando pueda, a la persona que lo tenga, señalando el nombre y dirección.

4. Recibida la solicitud, el juez ordenará la detención del vehículo automotor y su entrega dentro del plazo de 2 (dos) días hábiles a la custodia de la autoridad aduanera local. El depósito del vehículo automotor será hecho mediante

inventario y en ningún caso podrá ser entregado el mismo a cualquiera de las partes litigantes, tampoco a un tercero o una institución, en carácter de depositario. El depósito del vehículo automotor será efectuado mediante recibo en el cual constarán las características, accesorios y estado general del mismo.

5. Una vez retenido el vehículo automotor, el juez interviniente notificará de esa retención, dentro del plazo de 2 (dos) días hábiles, a la autoridad consular del país de procedencia del vehículo automotor y a la persona demandada para que esta última, en el plazo improrrogable de 3 (tres) días hábiles, presente los documentos originales que certifiquen su derecho sobre el vehículo automotor y su ingreso legal al país.

6. El juez solicitará a la autoridad aduanera, para que respondan en el plazo improrrogable de 10 (diez) días hábiles, sin que afecte el curso del proceso, prestando información sobre las condiciones de ingreso del vehículo automotor al país.

El juez solicitará al Registro de Automotores la certificación de registro del mismo, requisito que certificará su registro legal a nombre del poseedor o propietario.

7. Vencido en plazo señalado en el quinto párrafo del presente artículo, el proceso se tramitará de forma sumarial y el juez ordenará, bajo sentencia, la entrega inmediata del vehículo automotor a quien tenga derecho, sin otros trámites o gastos.

Las autoridades pertinentes de las Partes Contratantes establecerán mecanismos para la fijación de tasas preferenciales para la protección del vehículo automotor.

8. Al presente procedimiento de recuperación del vehículo automotor será prestada la mayor rapidez, de conformidad con la legislación vigente de la Parte Contratante en el que se encuentre el trámite del mismo. No se admitirá otro tipo de defensa además de las establecidas en el presente Acuerdo, ni prácticas dilatorias. Deberá el juez, en todos los casos resolver los defectos de procedimiento de la mejor forma posible, en beneficio de los interesados, y los procedimientos de tramitación del proceso tendrán que ser concluidos en el plazo máximo de 60 (sesenta) días hábiles.

9. Al dictar la sentencia favorable al pedido, el juez ordenará la devolución del vehículo automotor al propietario, al apoderado o a su representante, con envío obligatorio de una comunicación oficial a la respectiva autoridad consular o autoridad aduanera de la Parte Contratante del que sea nacional o en el que tenga su domicilio, los que asegurarán la salida del vehículo

automotor del territorio del país requerido. La entrega del vehículo automotor será efectuada con la participación de un funcionario aduanero hasta la frontera designada por la autoridad aduanera del país requerido, donde la autoridad aduanera del país requiriente recibirá y expedirá el acta de internación del mismo en su territorio.

10. En caso de sentencia no favorable al pedido, el juez ordenará las medidas pertinentes, conforme a las leyes nacionales, y las Partes Contratantes reconocerán el derecho de propiedad resultante de la aplicación de las mismas.

C) Devolución por Vía Administrativa

ARTICULO III

1. Se procederá a la devolución por vía administrativa cuando el robo o hurto de un vehículo automotor sea denunciado inmediatamente y el requiriente presente los datos correctos del vehículo automotor y de su poseedor ilegal, hasta 30 (treinta) días hábiles de ocurrido el robo o hurto.

2. Las autoridades policiales y/o aduaneras competentes de cualquiera de las Partes Contratantes procederán a la retención del vehículo automotor que sea reclamado. El mencionado vehículo será inmediatamente entregado a la autoridad aduanera del territorio en el cual fue localizado, mediante la redacción de un acta de entrega e inventario, que consignará las características, los accesorios y el estado del mismo.

3. Recibido el vehículo automotor, la autoridad aduanera determinará inmediatamente la apertura de un proceso administrativo y comunicará a la autoridad consular de la otra Parte Contratante, que a su vez notificará al supuesto propietario del vehículo automotor de su retención en el territorio de una de las Partes Contratantes, instruyendolo sobre el procedimiento para su recuperación, dentro del plazo de 20 (veinte) días hábiles. Además, la autoridad aduanera notificará al poseedor del vehículo automotor retenido para que, en el plazo improrrogable de 3 (tres) días hábiles, presente los documentos originales que demuestren la situación legal del vehículo automotor. En caso de no presentar en el plazo fijado, recurrirá a la vía directa de entrega, conforme los procedimientos establecidos en este Acuerdo.

4. El propietario o su apoderado, su representante, el procurador habilitado o la autoridad consular de la Parte Contratante del que sea nacional o en el que tenga su domicilio presentará la documentación pertinente en el plazo de 40 (cuarenta) días hábiles, contados a partir de la fecha de notificación a la respectiva autoridad consular.

Recibida la documentación y en caso que la autoridad aduanera la considere suficiente, será efectuada, en el plazo de 5 (cinco) días hábiles, la entrega del vehículo automotor al propietario, a su apoderado o su representante, directamente o por intermedio de las autoridades consulares, aduaneras, o policiales de la Parte Contratante del que sea nacional o en el que tenga su domicilio.

5. En los casos en que sea desconocido el propietario del vehículo automotor retenido, la autoridad aduanera procederá a la publicación por 5 (cinco) veces en 10 (diez) días, en un periódico diario de gran circulación en el país, de edictos para que los interesados ejerzan sus derechos en el plazo de 10 (diez) días hábiles computables desde la fecha de la última publicación. En dichos avisos, serán consignadas todas las características identificatorias del vehículo, como la marca, modelo, color, número de motor y del chasis, etc.

D) Entrega del Vehículo

ARTICULO IV

1. Cuando se trate del propietario, este recibirá el vehículo automotor directamente de la autoridad aduanera, en el establecimiento donde se encuentre bajo custodia el referido vehículo, acompañado del respectivo certificado.

2. Cuando se trate del apoderado, representante o poseedor, el vehículo automotor, para su entrega, será trasladado y obligatoriamente acompañado de un funcionario aduanero hasta la frontera designada por el país requerido, donde la autoridad aduanera del país requiriente lo recibirá, y expedirá el acta de su internación en su territorio. El acta quedará archivada como último procedimiento del respectivo proceso.

ARTICULO V

En caso de que ningún interesado se presente para ejercer su derecho, en el plazo establecido en este Acuerdo, las autoridades competentes adoptarán las medidas pertinentes, conforme a las leyes nacionales, y las Partes Contratantes reconocerán el derecho de propiedad resultante de la aplicación de las mismas.

ARTICULO VI

En caso de que cualquier hecho o decisión de autoridad administrativa sea sometido a autoridad judicial competente, el proceso será regido por las normas previstas en el presente Acuerdo.

E) Apelación

ARTICULO VII

La decisión de primera instancia será apelable dentro del plazo improrrogable de 3 (tres) días hábiles, debiendo elevarse los autos a instancia superior, sin más trámite, para que en ésta se decida en definitiva, dentro el plazo de 5 (cinco) días hábiles.

F) Pericia

ARTICULO VIII

1. En todos los casos que exista indicio de adulteración de números o de sustitución de componentes identificadores de un vehículo automotor, el juez deberá solicitar el concurso de perito, sin perjuicio de la facultad de los interesados de proponer, igualmente, sus respectivos peritos, que deberán ser habilitados por la empresa fabricante o representante de la marca del vehículo automotor objeto de pericia, que deberá ser realizada en la presencia de personas expresamente designadas por la autoridad consular del país del que el interesado sea nacional o en el que tenga su domicilio.

En ningún caso, el vehículo automotor podrá dejar el depósito aduanero para ser objeto de pericia. En todos los casos, los peritos expedirán sus respectivos informes dentro del plazo de 3 (tres) días hábiles.

2. Tales informes deberán basarse en los datos de identificación proporcionados por la empresa fabricante del vehículo automotor, presentados al juez, legalizados por el Consulado del país de origen del citado vehículo, que solicitará al fabricante o al representante de la marca, dentro del plazo máximo de 30 (treinta) días hábiles, que confirme si los informes presentados están de conformidad con los patrones establecidos técnicamente por le empresa.

G) Plazos

ARTICULO IX

1. Queda establecido que todos los plazos previstos en este Acuerdo son considerados como plazos procesales de carácter judicial.

2. Para los plazos no previstos en este Acuerdo, regirá en todos los casos, los más breves de legislación de la Parte Contratante en que se tramita el proceso.

H) Disposiciones Finales


ARTICULO X

Toda medida judicial o administrativa, sobre robo o hurto de vehículos automotores originarios o procedentes del territorio de una de las Partes Contratantes y localizados en la otra, en proceso a ser promovida a partir de la fecha de vigencia del presente Acuerdo, será regida por estas disposiciones.

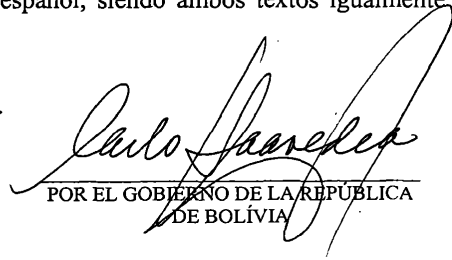
ARTICULO XI

1. El presente Acuerdo entrará en vigencia en la fecha en que ambas Partes Contratantes se notifiquen, por vía diplomática, del cumplimiento de los requisitos exigidos por su legislación nacional vigente.
2. Cualquiera de las Partes Contratantes podrá denunciarlo, en cualquier momento, mediante notificación escrita, dirigida a la otra, por la vía diplomática, con 6 (seis) meses de anticipación,

Hecho en Brasilia, el 28 de abril de 2003, en dos ejemplares originales, en los idiomas portugués y español, siendo ambos textos igualmente auténticos.



POR EL GOBIERNO DE LA REPÚBLICA
FEDERATIVA DEL BRASIL



POR EL GOBIERNO DE LA REPÚBLICA
DE BOLÍVIA

[TRANSLATION – TRADUCTION]

AGREEMENT BETWEEN THE GOVERNMENT OF THE FEDERATIVE
REPUBLIC OF BRAZIL AND THE GOVERNMENT OF THE REPUBLIC
OF BOLIVIA ON THE RESTITUTION OF STOLEN MOTOR VEHICLES

The Government of the Federative Republic of Brazil and the Government of the Republic of Bolivia (hereinafter referred to as the “Contracting Parties”),

Considering the need for coordinated efforts to suppress illicit trafficking in motor vehicles,

Have agreed as follows:

A) Initial Provisions

Article I

1. Under this Agreement, terrestrial motor vehicles originating in or coming from either Contracting Party and entering the territory of the other Party without the accompanying documentation establishing ownership and origin, or whose importation into the country appears to be irregular, shall be impounded and placed in the custody of the local customs authority within two (2) working days.

2. For the purposes of the preceding paragraph, seizure of a motor vehicle originating in or coming from one of the Contracting Parties shall result from:

- a) A court order applied for by its owner or an agent or representative;
- b) A traffic control action by police or customs authorities of the other Contracting Party;
- c) A formal request by the consular authority of the country from which the vehicle was stolen.

B) Judicial Restitution

Article II

1. Any natural or legal person claiming restitution of a stolen motor vehicle belonging to them shall petition the judicial authority of the territory in which the vehicle is located, either directly, through their representative, surrogate, or duly empowered agent, or through the competent authorities of the Contracting Party of which they are nationals or in which they are domiciled. Such a claim must be made within twenty (20) months after the complaint is filed with the police authority of the place where the event occurred, during which time the motor vehicle cannot be disposed of. Upon expiry of that period, under the provisions of this Agreement, they may no longer make a claim.

2. The petition for restitution shall be given proper form by submitting the following documentation, authenticated by the consulate of the requested country:

- a) The original motor vehicle ownership document or an officially certified copy thereof;
- b) A police report on the theft of the motor vehicle in the country of origin;
- c) Where the applicant is an insurance company, a certificate of discharge or transfer of ownership. In addition, as a bond for legal costs, the applicant must post the equivalent in local currency of 500 (five hundred) US dollars. If the applicant lacks the wherewithal to make such a deposit, the country's consulate shall issue a declaration of insufficient resources so that the restitution process may be taken in hand by the public defender's office in the Federative Republic of Brazil and the public prosecutor's office in the Republic of Bolivia.

3. Applicants shall, in person, by proxy, or through the consular authority of their country of nationality or the one in which they are domiciled, apply to the judicial authority of the territory in which the motor vehicle is located to have it traced and impounded on the basis of the documents submitted; and shall, where possible, furnish the name and address of the person in possession of the vehicle.

4. Upon receipt of the petition, the judge shall order the motor vehicle to be impounded and placed in the custody of the local customs authority within two (2) working days. The impoundment of the motor vehicle shall be recorded in an inventory, and in no circumstances shall it be surrendered to either of the litigants nor to a third party or an institution. Its impoundment shall be attested by a receipt setting out its features, accessories and general condition.

5. Once the motor vehicle has been impounded, the judge shall, within 2 (two) working days, notify the consular authority of the vehicle's country of origin and the defendant, so that the latter may, within 3 (three) working days, present original documents attesting to his or her right to the motor vehicle and its legal entry into the country.

6. Without prejudice to the progress of the proceedings, the judge shall within 10 (ten) working days request the customs authority to provide information regarding the vehicle's entry into the country.

The judge shall ask the motor vehicles registry for the vehicle's registration certificate, which is required to certify its legal registration in the name of the possessor or owner.

7. Upon expiry of the period mentioned in paragraph 5 above, the case shall be tried by summary procedure and the judge shall order the immediate return of the motor vehicle to the person found to have title to it, without further formalities or expenses.

The appropriate authorities of the Contracting Parties shall establish mechanisms for the establishment of preferential rates for the protection of motor vehicles.

8. The procedure established herein for the recovery of motor vehicles shall be implemented as promptly as feasible under the legislation of the Contracting Party in whose territory it is applied. No defence shall be entertained other than those set out in this Agreement, nor shall any delaying tactics be tolerated. In all cases the judge shall rectify

procedural flaws as best he or she can in the interests of all parties involved, and legal procedures shall be completed within no more than 60 (sixty) working days.

9. When granting the request, the judge shall order the return of the motor vehicle to the owner or the owner's agent or representative, and shall order an official communication to be sent to the consular or customs authority, as appropriate, of the Contracting Party of which the said person is a national or in which he or she is domiciled, to ensure that the motor vehicle can leave the territory of the requested country. The motor vehicle shall with the participation of a customs official be taken to the border post designated by the customs authority of the requested country, where the customs authorities of the requesting country will receive it and issue the certificate of admission to their territory.

10. If the request is denied, the judge shall order appropriate measures in accordance with national laws, and the Contracting Parties shall recognize the right of ownership derived from their application.

C) Administrative Restitution

Article III

1. If the theft of a motor vehicle is reported immediately and the applicant furnishes the correct motor vehicle registration and the identity of the person unlawfully in possession thereof no later than 30 (thirty) working days after the event, restitution may be effected through administrative procedures.

2. The police and/or customs authorities of either Contracting Party shall impound any motor vehicle subject to a claim. The said vehicle shall be immediately released to the customs authority of the territory in which it was found, a release and inventory document being prepared that sets out its features, accessories and condition.

3. Once it has received the motor vehicle, the customs authority shall immediately open an administrative file and so inform the consular authority of the other Contracting Party, which shall in turn notify the presumed owner of the motor vehicle of its impoundment in the territory of one of the Contracting Parties, advising the owner of the recovery procedure, within 20 (twenty) working days. In addition, the customs authority shall notify the person in possession of the impounded motor vehicle so that, within no more than 3 (three) working days, that person may present original documents proving the vehicle's legal status. If these are not submitted within that time, the authority shall implement the direct restitution procedure in accordance with the procedures set forth in this Agreement.

4. The owner or the owner's agent, representative or attorney or the authorized consular authority of the Contracting Party of which the said person is a national or in which he or she is domiciled shall submit the requisite documentation within 40 (forty) working days of the date of notification of the appropriate consular authority.

Once the documentation is received, if the customs authority deems it satisfactory, the motor vehicle shall, within 5 (five) working days, be released to the owner or his agent or representative, directly or through the consular, customs or police authorities of

the Contracting Party of which the said person is a national or in which he or she is domiciled.

5. In cases where the owner of the impounded motor vehicle is unknown, the customs authority shall publish notices in a widely circulated daily newspaper, 5 (five) times over 10 (ten) days, so that interested parties may avail themselves of their rights within 10 (ten) working days of the date of last publication. Such notices shall set forth all identifying features of the vehicle, such as make, model, colour, engine and chassis number, etc.

D) Vehicle Delivery

Article IV

1. Motor vehicle owners shall take delivery of the motor vehicle directly from the customs authority at the establishment where it is held in custody, together with the appropriate certificate.

2. Where an agent, representative or possessor is to take delivery, the motor vehicle shall be taken, with mandatory accompaniment by a customs official, to the border post designated by the requested country, where the customs authorities of the requesting country will receive it and issue the admission document, which will be kept on file as a record of the completion of the procedure.

Article V

Should no one assert their rights within the time limit set in this Agreement, the competent authorities shall take appropriate measures in accordance with national laws, and the Contracting Parties shall recognize the ownership right derived therefrom.

Article VI

Where any act or decision of an administrative authority is subject to judicial authority, the procedure shall be governed by the rules laid down in this Agreement.

E) Appeal

Article VII

The first instance ruling may be appealed within not more than 3 (three) working days, in which case the appeal shall come before the higher court without further formalities, so that a final determination may be made within 5 (five) working days.

F) Expertise

Article VIII

1. In all cases where there is evidence of alteration of numbers or substitution of identifying components of a motor vehicle, the judge shall call upon an expert, without prejudice to interested parties' option to recommend their own experts, who must be authorized by the manufacturer or sales representative of the brand on which expert witness testimony is to be given, which testimony shall be presented in the presence of persons specifically designated by the consular authority of the country of which the said person is a national or in which he or she is domiciled.

In no case shall the motor vehicle leave the customs warehouse for the expert's inspection. Experts shall in all cases make their reports within 3 (three) working days.

2. Such reports must be based on the identification data provided by the manufacturer of the motor vehicle, which shall, before being submitted to the judge, be certified by the consulate of the motor vehicle's country of origin, which shall ask the manufacturer or representative of the brand to confirm, within 30 (thirty) working days, whether the reports presented are in accordance with the technical standards established by the company.

G) Time Limits

Article IX

1. It is understood and agreed that all time limits set forth herein shall be considered procedural time limits prescribed by law.

2. Where not specified in this Agreement, time limits shall, in all cases, be the shortest provided for in the legislation of the Party in which the proceedings are conducted.

H) Final Provisions

Article X

Any judicial or administrative proceedings regarding the theft of motor vehicles originating in or coming from the territory of either Contracting Party and located in the territory of the other Party that are in progress on the date of entry into force of this Agreement shall be governed by these provisions.

Article XI

1. This Agreement will enter into force on the date on which the Parties notify each other, through the diplomatic channel, of the fulfilment of all relevant requirements of their national legislation.

2. Either Contracting Party may denounce the Agreement by giving the other Party 6 (six) months' written notice of denunciation through the diplomatic channel.

DONE at Brasilia on 28 April 2003, in two original copies in the Spanish and Portuguese languages, both texts being equally authentic.

For the Government of the Federative Republic of Brazil:

CELSO AMORIM

For the Government of the Republic of Bolivia:

CARLOS SAAVEDRA BRUNO

[TRANSLATION – TRADUCTION]

ACCORD ENTRE LE GOUVERNEMENT DE LA RÉPUBLIQUE FÉDÉRATIVE DU BRÉSIL ET LE GOUVERNEMENT DE LA RÉPUBLIQUE DE BOLIVIE RELATIF À LA RESTITUTION DE VÉHICULES AUTOMOBILES VOLÉS

Le Gouvernement de la République fédérative du Brésil et le Gouvernement de la République de Bolivie (ci-après dénommés « les Parties contractantes »),

Considérant la nécessité de réaliser des efforts coordonnés en ce qui concerne la répression du trafic illicite de véhicules automobiles,

Sont convenus de ce qui suit :

A) Dispositions initiales

Article premier

1. Conformément au présent Accord, il demeure établi que les véhicules automobiles terrestres originaires ou provenant de l'une des Parties contractantes, qui ont pénétré sur le territoire de l'autre Partie contractante dépourvu de papiers attestant leur propriété et origine, ou qui présentent des indices d'irrégularité à leur entrée dans le pays, seront saisis et mis dans un délai de deux (2) jours ouvrables sous la garde de l'autorité douanière locale.

2. Aux fins du paragraphe antérieur, la saisie d'un véhicule automobile originaire ou provenant de l'une des Parties contractantes se fera :

- a) Comme conséquence d'une décision judiciaire requise par le propriétaire dudit véhicule, son mandataire ou son représentant;
- b) Comme suite des activités de contrôle du transit réalisées par les autorités policières ou douanières de l'autre Partie contractante;
- c) Sur la demande officielle de l'autorité consulaire du pays où le véhicule a été volé.

B) Restitution par voie judiciaire

Article II

1. Toute personne physique ou morale qui désire réclamer la restitution du véhicule automobile qui est sa propriété et qui lui a été volé, adressera une demande à l'autorité judiciaire du territoire sur lequel ce véhicule se trouve, qu'elle le fasse directement, par son mandataire ou son fondé de pouvoir habilité à cet effet ou par l'intermédiaire des autorités compétentes de la Partie contractante dont elle est ressortissante ou dans laquelle

elle est domiciliée. La réclamation devra être formulée dans un délai de vingt (20) mois après le dépôt de la plainte devant les autorités policières du lieu où les faits se sont produits, délai durant lequel le véhicule automobile ne pourra être aliéné. À l'issue de ce délai, le droit de procéder de la sorte sera prescrit conformément au présent Accord.

2. La demande de restitution sera accompagnée de la documentation décrite ci-dessous et de la légalisation consulaire du pays requis :

- a) Le titre original de propriété du véhicule automobile ou une copie légalisée de celui-ci;
- b) La déclaration de vol du véhicule automobile délivrée par la police dans le pays d'origine;
- c) Dans le cas des compagnies d'assurance, le certificat de liquidation ou de cession des droits du propriétaire, qui devra en outre verser au tribunal, à titre de garantie procédurale, l'équivalent en la monnaie du pays de 500 (cinq cents) dollars des États-Unis d'Amérique. Si le requérant manque de moyens économiques pour effectuer un tel dépôt, le consulat du pays demandeur délivrera une déclaration d'insuffisance de revenus afin de pouvoir poursuivre la procédure de restitution par l'intermédiaire de la Défense publique dans la République fédérative du Brésil et du Ministère public dans la République de Bolivie.

3. Le réclamant demandera personnellement, ou par avocat, ou par l'intermédiaire de l'autorité consulaire du pays dont il est ressortissant ou dans lequel il est domicilié, à l'autorité judiciaire du territoire dans lequel le véhicule automobile se trouve, sa recherche et sa saisie sur la base de la documentation présentée, et il identifiera, quand il le pourra, la personne qui détient le véhicule en citant son nom et son adresse.

4. Une fois la demande reçue, le juge ordonnera la saisie du véhicule automobile et sa remise dans un délai de 2 (deux) jours ouvrables sous la garde de l'autorité douanière locale. Le dépôt du véhicule automobile sera effectué moyennant un inventaire qui ne pourra en aucun cas être remis à l'une des Parties en litige, ni à un tiers ou à une institution à titre de dépôt. Le dépôt du véhicule automobile se fera moyennant un reçu stipulant les caractéristiques, les accessoires et l'état général dudit véhicule.

5. Une fois le véhicule automobile saisi, le juge intervenant notifiera cette saisie dans un délai de 2 (deux) jours ouvrables à l'autorité consulaire du pays de provenance du véhicule automobile et à la personne demanderesse afin que cette dernière présente, dans un délai péremptoire de 3 (trois) jours ouvrables, les documents originaux accréditant son droit sur le véhicule automobile et son entrée légale dans le pays.

6. Le juge demandera à l'autorité douanière, qui sera tenue de répondre dans un délai péremptoire de 10 (dix) jours ouvrables et sans que cela n'affecte le cours de la procédure, de lui fournir des informations relatives aux conditions d'entrée du véhicule automobile dans le pays.

Le juge sollicitera du registre des automobiles le certificat d'inscription de ce véhicule, ce qui certifiera l'enregistrement légal du véhicule au nom du détenteur ou du propriétaire.

7. Une fois échu le délai visé au paragraphe 5 du présent article, la procédure sera traitée en justice et le juge ordonnera, par sentence, la restitution immédiate du véhicule automobile à qui de droit, sans autre formalité ou frais.

Les autorités pertinentes des Parties contractantes établiront des mécanismes afin de fixer des taxes préférentielles pour la garde du véhicule automobile.

8. La présente procédure de récupération du véhicule automobile sera exécutée de la manière la plus rapide possible, conformément à la législation en vigueur dans la Partie contractante qui se trouve engagée dans la procédure. Il ne sera admis aucun autre type de défense que celui établi dans le présent Accord, ni aucune pratique dilatoire. Le juge devra, dans tous les cas, remédier aux défauts de procédure de la meilleure façon possible, au bénéfice des intéressés, et les procédures devront être conclues dans un délai maximal de 60 (soixante) jours ouvrables.

9. Lorsque la sentence est favorable au demandeur, le juge ordonnera la restitution du véhicule automobile au propriétaire, à son mandataire ou à son représentant, avec l'envoi obligatoire d'une communication officielle à l'autorité consulaire ou à l'autorité douanière respective de la Partie contractante dont il est ressortissant ou dans laquelle il est domicilié, de manière à assurer la sortie du véhicule automobile du territoire du pays requis. La restitution du véhicule automobile sera effectuée avec la participation d'un fonctionnaire des douanes jusqu'à la frontière désignée par l'autorité douanière du pays requis, où l'autorité douanière du pays requérant réceptionnera et délivrera l'acte de détention du véhicule sur son territoire.

10. Au cas où la sentence ne serait pas favorable au demandeur, le juge ordonnera les mesures pertinentes, conformément aux lois nationales, et les Parties contractantes reconnaîtront le droit de propriété résultant de l'application de ces lois.

C) Restitution par voie administrative

Article III

1. La restitution par la voie administrative a lieu lorsque le vol d'un véhicule automobile est dénoncé immédiatement et que le requérant fournit les données correctes du véhicule automobile et du possesseur illégal dudit véhicule dans les 30 (trente) jours ouvrables suivant le vol.

2. Les autorités policières et/ou douanières compétentes de l'une des Parties contractantes procéderont à la saisie de tout véhicule automobile qui est réclamé. Ledit véhicule sera immédiatement restitué à l'autorité douanière du territoire sur lequel il a été localisé, moyennant la rédaction d'un acte de livraison et d'un inventaire qui consignera les caractéristiques, les accessoires et l'état dudit véhicule.

3. Une fois le véhicule automobile réceptionné, l'autorité douanière demandera immédiatement l'ouverture d'une procédure administrative et communiquera à l'autorité consulaire de l'autre Partie contractante, qui notifiera à son tour le propriétaire présumé du véhicule automobile de la saisie dudit véhicule sur le territoire de l'une des Parties contractantes, l'informant de la procédure à suivre pour le récupérer, dans un délai de

20 (vingt) jours ouvrables. De plus, l'autorité douanière assignera le possesseur du véhicule automobile saisi pour que, dans un délai péremptoire de 3 (trois) jours ouvrables, il présente les documents originaux qui accréditent la légalité du véhicule automobile. Si l'intéressé ne se présente pas dans le délai ainsi fixé, l'autorité compétente procédera directement à la mise sous garde, conformément à la procédure établie dans le présent Accord.

4. Le propriétaire ou son mandataire, son représentant ou son fondé de pouvoir habilité à cet effet ou l'autorité consulaire de la Partie contractante dont il est ressortissant ou dans lequel il est domicilié, présentera la documentation pertinente dans un délai de 40 (quarante) jours ouvrables, à compter de la date de notification à l'autorité consulaire.

Une fois reçue la documentation, l'autorité douanière, si elle la juge suffisante, procédera dans un délai de 5 (cinq) jours ouvrables à la restitution du véhicule automobile au propriétaire, à son mandataire ou à son représentant, directement ou par l'intermédiaire des autorités consulaires, douanières ou policières de la Partie contractante dont il est ressortissant ou dans laquelle il est domicilié.

5. Dans le cas où le propriétaire du véhicule automobile saisi serait inconnu, l'autorité douanière procédera à la publication d'une annonce, 5 (cinq) fois en 10 (dix) jours ouvrables, dans un journal quotidien de grande distribution dans le pays afin que les intéressés puissent exercer leur droit dans un délai de 10 (dix) jours ouvrables à compter de la date de la dernière publication. Dans ces annonces, seront consignées toutes les caractéristiques permettant d'identifier le véhicule telles que la marque, le modèle, la couleur, le numéro de moteur et de châssis, etc.

D) Restitution du véhicule

Article IV

1. S'agissant du propriétaire, celui-ci recevra le véhicule automobile directement de l'autorité douanière, dans l'établissement où ledit véhicule a été gardé, accompagné du certificat correspondant.

2. S'agissant du mandataire, du représentant ou du possesseur, le véhicule automobile, pour sa livraison, sera transféré et obligatoirement accompagné par un fonctionnaire des douanes jusqu'à la frontière désignée par le pays requis, où l'autorité douanière du pays requérant prendra livraison et délivrera l'acte de réception sur son territoire. Cet acte sera conservé aux archives comme le dernier acte de procédure.

Article V

Si aucun intéressé ne s'est présenté pour exercer son droit dans le délai établi par le présent Accord, les autorités compétentes adopteront les mesures pertinentes conformément aux lois nationales, et les Parties contractantes reconnaîtront le droit de propriété résultant de l'application de celles-ci.

Article VI

Si un acte ou une décision émanant d'une autorité administrative est soumis à l'autorité judiciaire compétente, la procédure sera régie par les normes établies dans le présent Accord.

E) Appel

Article VII

La décision de première instance est susceptible d'appel dans un délai péremptoire de 3 (trois) jours ouvrables, portant ainsi le procès à une instance supérieure, sans autre procédure, pour que celle-ci se prononce de manière définitive, dans un délai de 5 (cinq) jours ouvrables.

F) Expertise

Article VIII

1. Chaque fois qu'il existera un indice de falsification des numéros ou de substitution des moyens d'identification d'un véhicule automobile, le juge sera tenu de solliciter le concours d'un expert, sans préjudice de la faculté laissée aux intéressés de proposer également leurs experts respectifs, qui devront être habilités par l'entreprise fabricant le dit véhicule automobile, ou par le représentant de la marque, pour une expertise qui devra être réalisée en présence des personnes expressément désignées par l'autorité consulaire du pays dont l'intéressé est ressortissant ou dans lequel il est domicilié.

En aucun cas le véhicule automobile ne pourra quitter le dépôt de la douane pour faire l'expertise. Dans tous les cas, les experts remettront leurs rapports respectifs dans un délai de 3 (trois) jours ouvrables.

2. Ces rapports devront se baser sur les données d'identification fournies par l'entreprise qui a produit le véhicule automobile, présentées au juge et légalisées par le consulat du pays d'origine dudit véhicule, qui demandera au fabricant ou au représentant de la marque, dans un délai maximal de 30 (trente) jours ouvrables, de confirmer si les rapports présentés sont conformes aux modèles techniques établis par l'entreprise.

G) Délais

Article IX

1. Il demeure entendu que tous les délais prévus dans le présent Accord sont considérés comme des délais de procédures revêtant un caractère juridique.

2. Quant aux délais qui ne sont pas prévus dans le présent Accord, les plus brefs délais prévus par la législation de la Partie contractante dans laquelle la procédure a lieu seront dans tous les cas d'application.

H) Dispositions finales

Article X

Toute mesure judiciaire ou administrative, contre le vol de véhicules automobiles originaires ou provenant du territoire de l'une des Parties contractantes et localisés sur le territoire de l'autre Partie, en passe d'être appliquée à partir de la date d'entrée en vigueur du présent Accord, sera régie par les présentes dispositions.

Article XI

1. Le présent Accord entrera en vigueur à la date à laquelle les deux Parties contractantes se notifieront, par la voie diplomatique, de l'accomplissement des formalités requises par leurs législations nationales respectives en vigueur.

2. Chacune des Parties contractantes peut dénoncer le présent Accord à n'importe quel moment, par une notification écrite adressée à l'autre Partie, par la voie diplomatique, avec un préavis de 6 (six) mois.

FAIT à Brasilia, le 28 avril 2003, en deux exemplaires en langues portugaise et espagnole, les deux textes faisant également foi.

Pour le Gouvernement de la République fédérative du Brésil :

CELSO AMORIM

Pour le Gouvernement de la République de Bolivie :

CARLOS SAAVEDRA BRUNO